

*Discurso na cerimônia de lançamento  
do relatório brasileiro em cumprimento  
à Convenção para Eliminação de Todas  
as Formas de Discriminação contra a  
Mulher (CEDAW)*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE OUTUBRO DE 2002**

*Senhores Embaixadores; Senhora Solange Jurema, Secretária de Estado dos Direitos da Mulher; Senhora Ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues; Senhoras Secretárias Nacionais; Senhores Ministros; Senhores Parlamentares; Doutor Nilson Naves, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Doutora Ellen Northfleet, Ministra do Supremo Tribunal Federal; Todos aqui presentes; Senhoras e Senhores,*

Quero apenas juntar, rapidamente, a minha voz para agradecer o trabalho que tem sido feito, na Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher, pela Doutora Solange e para dizer que, graças a esse trabalho e ao trabalho de muitas mulheres, durante tanto tempo, começamos a tomar consciência da importância da questão de gênero no Brasil.

Ainda há pouco mais de um mês, tive o prazer de ler e escrever o prefácio para este relatório e verifiquei que os trabalhos são muito importantes, porque contam de uma maneira mais direta a luta que tem havido para dar seqüência à Convenção contra a Discriminação da Mulher e para dar seqüência às aspirações, que são imensas, de toda a população brasileira, naturalmente liderada, como não podia deixar de

ser, pelas mulheres que estão empenhadas em modificar a situação de discriminação ainda existente no Brasil.

Esta promoção da igualdade de gênero, como é mais atualmente chamada, que é o objetivo daquela Convenção, é fundamental e é também um objetivo de todos nós, de toda a nossa sociedade. Neste relatório, pude ver o que foi feito nesses 17 anos e quanta coisa mudou nesses 17 anos. Mudou na sociedade, mudou na legislação, mudou no Parlamento. Agradeço, nesta oportunidade, a ação dos Parlamentares e, nomeadamente, das mulheres Parlamentares.

Na verdade, o nome dessa mudança é muito simples, mas difícil de ser alcançado: é democracia. A grande mudança que está acontecendo no Brasil é a democratização. Só com a democracia é possível avançar e romper tradições, muitas delas arraigadas secularmente e que, portanto, se tornam quase padrão cultural de um povo. E não é fácil mudar os padrões culturais. Acho que essa mudança, se posso usar uma expressão mais comum, foi puxada pela luta das mulheres. Acho que a participação crescente das mulheres na sociedade civil e a própria participação crescente da sociedade civil no conjunto das ações no Brasil, inclusive no Governo, ajudam essa transformação.

Talvez, se quiséssemos marcar um momento mais inicial de uma retomada das lutas pela igualdade no Brasil, eu diria que foi a Constituição de 88. Pode-se dizer o que se quiser daquela Constituição, mas ela, indiscutivelmente, do ponto de vista democrático, é um marco. É um marco fundamental, porque assegura caminhos, assegura direitos e desenha uma sociedade que não é a nossa, ainda, mas que vai ser um dia, que é uma sociedade mais igualitária e mais justa. Acho que, a partir daquela Constituição, as mudanças se aceleraram no Brasil.

Claro que, ao lado dessas mudanças no plano local, houve mudanças internacionais. A Conferência em Beijing, em 95, foi um marco muito importante em tudo isso. E, a partir de então, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que foi criado anteriormente - aliás, anteriormente à Constituição de 88, no Governo Sarney -, foi sendo reestruturado, foi aperfeiçoado. Tivemos a oportunidade, agora, de criar uma Secretaria

Nacional que tem status ministerial. E tudo isso ajuda que as ações do Governo sejam mais conseqüentes.

A Doutora Solange mencionou que este relatório foi elaborado por mulheres que estão ligadas a ONGs. Temos feito isso com certa persistência. Recordo-me de que, eleito Presidente da República, fui ao exterior e não era questão de gênero. Era questão, se não me engano, de meio ambiente, ecológica. E pedi ao Embaixador que fizesse uma reunião minha - eu já era Presidente empossado, na verdade - com representantes das ONGs. Posso lhes garantir que o susto foi grande, porque não havia a prática de o Estado brasileiro conversar com as ONGs. Menos ainda o Presidente da República, porque, naturalmente, as ONGs, quando vão falar com o Presidente, sobretudo estando no exterior, não vêm jogar flores, vêm reclamar, vêm protestar, vêm exigir e não vão pedir. Não obstante isso, acho que é uma prática democrática necessária.

Hoje, temos um contato permanente com os vários setores que têm significado para o País com as ONGs. Assim como, naquele momento, falava-se com as ONGs ligadas ao meio ambiente, daí para cá passou-se a falar naturalmente com as ONGs sobre trabalho infantil, sobre a questão de gênero, sobre a questão de discriminação racial, a questão dos negros, a questão dos quilombos, enfim, por aí não se parou mais e houve uma interação muito ativa entre a sociedade e a burocracia pública e, sobretudo, entre a sociedade e os que comandam a burocracia, que são os agentes políticos.

Se me permitem ainda uma recordação, eu fui Chanceler e também fiz isso no Itamaraty. Fiz uma reunião com os sindicatos. Chamei a CUT, chamei a Força Sindical e outras, essas duas seguramente sim, numa reunião lá no Clube das Nações, para discutirmos política de promoção comercial no exterior. Isso também era o começo desses efeitos. Não digo que tenha sido o primeiro a fazer, talvez outros já o tenham feito, antes de mim, mas não havia o hábito de o Estado se relacionar diretamente com a sociedade sem passar pelos canais, que são muito importantes, institucionais da representação política, senão que respeitando a existência de movimentos sociais que se organizam ao redor de questões, que muitas vezes não chegam ainda a estar no

nível do debate propriamente partidário e parlamentar. Daí por diante, os relatórios têm sido feitos, em todos os setores, com a participação ativa das ONGs.

Acho que isso é, mais uma vez, uma demonstração de que nós estamos avançando nos modos de organizar não só a sociedade, mas o Governo, o Estado brasileiro, tudo sob a égide da democracia.

E os resultados também são palpáveis. Se verificarmos o que aconteceu, por exemplo, no Ministério da Saúde, onde durante tanto tempo se lutou para que houvesse programas de saúde da mulher, que também são anteriores ao meu governo, mas que não tiveram a ênfase nem o apoio do conjunto do Governo para que pudessem ser realizados e, hoje, já ninguém mais discute a necessidade de que haja programas específicos sobre a questão da saúde da mulher, no Ministério da Saúde.

Da mesma maneira fomos modificando a legislação. A questão das Delegacias de Defesa da Mulher, que foram criadas em São Paulo e depois foram se estendendo para vários estados da Federação e, hoje, temos muitas Delegacias que cuidam da chamada violência de gênero. Isso passou a ser, também, uma atividade importante, que é uma tentativa, já que, embora nem sempre dêem certo, nem sempre os casos que chegam à Justiça permitam decisões que assegurem a proteção adequada às mulheres, pelo menos existem canais para fazer com que as mulheres se sintam, digamos, parte da sociedade e com direito a uma proteção mais adequada.

Acho que é preciso continuar nesse papel, principalmente quando olhamos para as camadas mais pobres do Brasil, onde há uma situação que pode parecer paradoxal, mas onde muito freqüentemente o esteio da família é a mulher. E também não é novidade. Quem conhece o que aconteceu no Brasil depois da Abolição da Escravatura - eu, por dever de ofício, escrevi livros sobre essa questão e trabalhei com Florestan Fernandes e Roger Bastide nessa matéria - quem conhece o que aconteceu naquele momento, sabe que o papel da mulher negra foi decisivo na reintrodução do negro na sociedade brasileira, porque, depois da Abolição, os homens não encontravam ocupação e as mulheres é que encontravam mais facilmente, continuavam, às vezes, ou se inscreviam

sobretudo nos trabalhos domésticos, mas mantinham a família e foram o esteio da organização da família. Não por acaso existe o culto à mãe negra nas coletividades negras brasileiras, porque foi a mulher negra que permitiu uma reorganização da vida familiar e da inserção, que ainda não é completa, do negro na sociedade brasileira.

Então, a questão das famílias pobres é muito importante, e o papel das mulheres nessas famílias é decisivo. Não por acaso, agora, quando criamos essa questão do Bolsa-Escola, do Bolsa-Alimentação e de outros mecanismos de proteção social, temos dado um papel primordial à mãe ou à irmã, ou à mulher que é chefe de família. É ela quem recebe o cartão magnético que dá acesso, por direito e não por pistolão político, aos recursos que são despendidos nessa rede de proteção social. E, como não me canso de dizer, esses recursos, hoje, alcançam uma soma equivalente à soma total do Imposto de Renda da Pessoa Física e da Pessoa Jurídica que vai para os cofres da União. Cerca de 30 bilhões de reais são redistribuídos diretamente sob essas formas nesses vários programas. E nesses vários programas é à mulher que se dirige primordialmente o recurso; naturalmente, se a família não tiver como chefe a mulher, aí, sim, mas a preferência é dada à mulher.

De modo que eu acho que, na verdade, o efeito que nós estamos assistindo dessas modificações todas é apenas um começo, mas já está aí concretamente, através de resultados. Isso obrigou também que o próprio setor governamental, a própria burocracia, conversasse mais. O papel da Secretaria da Mulher é fundamental na articulação dentro do Governo e no chamar a atenção dos colegas de Governo para as questões de gênero. Isso é um trabalho lento, mas é um trabalho que pouco a pouco vai avançando, assim como em todas as outras áreas dos direitos humanos no Ministério da Justiça, que tem, também, esse mesmo objetivo de sensibilizar, se eu posso dizer assim, aqueles que tomam decisões para a questão dos direitos humanos e da igualdade em todos os setores.

Por todas essas razões, eu quero, realmente, agradecer muito o trabalho da Doutora Solange Jurema, de suas companheiras de trabalho, do Conselho que a assiste e dizer que esse trabalho está registrado como

um trabalho que, dando continuidade, modificou, pelo fato de ter sido elevado à categoria de Secretaria Nacional de Estado, modificou o status que se dá, hoje, ao tema das mulheres.

Não podia deixar de agradecer, também, ainda mais agora que estou terminando o Governo, o trabalho que a minha própria mulher tem feito no Comunidade Solidária, comandando esse mecanismo do Comunidade Solidária com braço-de-ferro, com vontade de ajudar as mudanças no Brasil. Eu quero dizer que ela não foi a única, nem a única na minha casa. Muitas outras, que não estão na minha família, mas estão trabalhando perto de mim, sabem o quanto me pressionaram em todos os momentos para que eu próprio abrisse mais meus horizontes e pudesse ajudá-las a participar mais ativamente dessa luta pela igualdade de gêneros.

Por todas essas razões, hoje é um dia muito feliz para mim e agradeço uma vez mais a todos.

Muito obrigado